

A COMUNIDADE INTERNACIONAL E SEUS PRINCÍPIOS DESAFIADOS NO AZERBAIJÃO

Por Laurent Leylekian*



Fonds Arménien de France.

O Ocidente alinhado com Washington não vê razão para intervir pela Armênia e menos ainda pelo Artsakh, já que isso não serve ao propósito de enfraquecer a Rússia.

Os últimos desenvolvimentos no sul do Cáucaso constituem uma nova demonstração da crescente lacuna entre os princípios exibidos pela comunidade internacional e sua implementação medíocre. Ilham Aliyev, que preside com mão de ferro os destinos do Azerbaijão, parece ter feito sua a frase apócrifa “Macht geht über Recht” (a força prevalece sobre o direito) atribuída a Bismarck, se preocupar com o direito internacional.

Desde 12 de dezembro passado, o Azerbaijão está conduzindo um bloqueio territorial completo da zona ainda livre de Nagorno-Karabakh e seus 120.000 habitantes armênios, acompanhado de sabotagem das infraestruturas de abastecimento de energia (gás, eletricidade). Este bloqueio, que contraria tanto os compromissos assumidos pelo próprio Azerbaijão durante o acordo tripartite de cessar-fogo como todos os princípios do direito internacional, está obviamente provocando uma grave crise humanitária, cujos efeitos crescem todos os meses. O Centro de Informação da República de Artsakh ¹ (“Nagorno-Karabakh”), que noticia diariamente sobre a situação no país, informa que o CICV e as forças de paz

¹ <https://us21.campaign-archive.com/home/?u=7c9400cc7e1e8b896a1baf783&id=ebebe984ed>

russas conseguiram transportar apenas 3.700 toneladas de víveres e gêneros alimentícios ao país em vez das 41.000 toneladas necessárias à vida normal dos seus habitantes. O racionamento que inicialmente afetou arroz, trigo sarraceno, macarrão, açúcar e óleo se estendeu a outros alimentos. Frutas e vegetais há muito se tornaram um luxo em Artsakh.

O bloqueio também proíbe cerca de 4.000 artsaques de voltarem para suas casas e a falta de eletricidade também impede qualquer intervenção cirúrgica lá. Finalmente, toda a economia do país está paralisada e, em particular, o programa de construção de edifícios que permitiria realojar as dezenas de milhares de refugiados que fugiram dos territórios agora ocupados pelo Azerbaijão e dos crimes em massa que acompanharam a ocupação.

Para atingir os seus fins, o extermínio dos armênios de Artsakh, parece, portanto, que o Azerbaijão agora está optando por recorrer a uma tática menos dispendiosa do que a agressão militar, mas igualmente eficaz: a fragmentação dos territórios armênios em tantos bantustões literalmente inabitáveis por falta recursos básicos como água e alimentos. Se toda a Artsakh está agora isolada da Armênia, algumas de suas aldeias, reduzidas a lotes de tamanho cantonal, estão isoladas do resto do Artsakh.

Perante esta indubitável violação dos direitos fundamentais de toda uma população, a vizinha Armênia, derrotada pela guerra de 2020, recorreu, no entanto, ao Tribunal Penal Internacional (TPI), o mais alto tribunal capaz de dirimir litígios interestatais e cujas sentenças são geralmente seguidas de fato. Infelizmente, se, em 22 de fevereiro, a autoridade de Haia efetivamente emitiu uma ordem exigindo que “a República do Azerbaijão [...] tomará todas as medidas ao seu alcance para garantir a livre circulação de pessoas, veículos e mercadorias ao longo do corredor Lachin em ambas as direções”, ela se mostrou fraca o suficiente para não ver a mão direta do regime de Baku nas atividades dos chamados ativistas que realizam o bloqueio (embora apoiados pelo próprio exército azeri) e considerar que “a Armênia não forneceu evidências suficientes de que o Azerbaijão está interrompendo o fornecimento de gás natural e outros bens aos habitantes de Nagorno-Karabakh”!

Temos que acreditar que esta vitória diplomática tímida para a Armênia – porque ainda o é – não teve o valor dissuasivo que se poderia esperar, uma vez que o regime de Baku não vacilou em seus objetivos criminosos. Nem esta decisão e nem, aliás, as inúmeras posições políticas tomadas, incluindo as dos principais *players*, todas as quais apelam ao restabelecimento de um regime de livre circulação entre a Armênia e Artsakh e que por vezes vão ainda mais longe.

Assim, em 15 de março, o Parlamento Europeu voltou por adotar, por esmagadora maioria de 510 votos a favor, 66 abstenções e 10 contra uma resolução de raro vigor que “condena firmemente a última agressão militar em larga escala conduzida pelo Azerbaijão em setembro 2022 contra alvos múltiplos no território soberano da Armênia, o que constitui uma grave violação da declaração de cessar-fogo de novembro [...]”. Além de muitos outros pontos, esta resolução ainda convida “o Conselho a impor sanções direcionadas aos funcionários do governo

do Azerbaijão se a ordem do TPI de 22 de fevereiro de 2023 não for implementada imediatamente”.

Mais surpreendentemente, em 3 de março, foi o próprio chanceler alemão Olaf Scholz quem afirmou durante uma viagem à Armênia que “o *status quo* não pode durar, uma solução viável de longo prazo deve ser encontrada rapidamente para o benefício daqueles no terreno” para afirmar que era necessário “chegar a uma conclusão pacífica do ponto de vista da integridade territorial da Armênia e do Azerbaijão, bem como da autodeterminação dos cidadãos do Nagorno-Karabakh. Todos esses princípios são iguais”. É realmente surpreendente (e talvez reconfortante) que um chefe de governo ocidental – e não menos importante – recorde que o princípio da autodeterminação goza do mesmo *status* que o da integridade territorial sob o direito internacional, os Estados reconhecidos geralmente tendo a tendência conservadora de reforçar esses dois princípios nos quais encontram sua própria base territorial.

A verdade, porém, é que os vários países ocidentais, totalmente alinhados com Washington desde o início da guerra na Ucrânia, não vêem razão para intervir a favor da Armênia e menos ainda no Artsakh, uma vez que a sua intervenção não serve ao propósito de enfraquecer a Rússia. Quanto à própria Rússia, parece cada vez menos disposta ou capaz de defender seu “aliado” armênio. Este é, sem dúvida, todo o significado da reação de Marina Zakharova a Nikol Pashinyan que, em 16 de março, acusou a Rússia de falhar em sua missão de garantir a segurança do Artsakh. Zombando abertamente do primeiro-ministro armênio, a porta-voz do Ministério das Relações Exteriores da Rússia esclareceu a opinião de seu país de que, a partir de agora, a Rússia não seria mais a garantidora da segurança do Nagorno-Karabakh, mas uma simples força de interposição entre duas partes para a qual adotaria um posição de estrita neutralidade. Além disso, a Sra. Zakharova se recusou a dizer o que seu país faria no caso de uma nova agressão direta do Azerbaijão contra o Artsakh. Um desenvolvimento significativo no esfriamento das relações armênio-russas.

O cerne da questão está nas crescentes divergências entre a política liberal e cada vez mais pró-Occidente da Armênia e os fundamentos autoritários da Rússia. Esta agora está muito mais sintonizado com o déspota de Baku. O Kremlin não digeriu a afronta com que a Armênia se recusou a realizar em seu território exercícios militares da Organização do Tratado de Segurança Coletiva (CSTO) liderada por Moscou. Por seu lado, a Armênia argumenta com razão que o CSTO se recusou a intervir nos ataques do Azerbaijão em seu próprio território em setembro de 2022, com Pashinyan chegando ao ponto de apontar que “não foi a Armênia que deixou o CSTO, mas o CSTO que deixou a Armênia”. Moscou também recebeu muito mal o anúncio feito em dezembro de 2022 pela Armênia de seu desejo de ratificar o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional (TPI).

Na mente dos líderes armênios, essa perspectiva de ratificação obviamente visa condenar o Azerbaijão e seus crimes em Nagorno-Karabakh, ou mesmo proteger-se de seus potenciais crimes futuros na Armênia. Mas é preciso dizer que a contundente reafirmação dessa intenção no final de março, ou seja, poucos dias após o indiciamento de Vladimir Putin pelo referido TPI, só pode perturbar o líder russo que correria o risco, de fato bastante teórico, de uma prisão durante suas

próximas viagens à “amiga” Armênia. Se Yerevan confirma que é de fato o Azerbaijão e não a Rússia que visa esta ratificação, se fala de uma “infeliz coincidência”, a Armênia não pode argumentar tal coincidência para justificar a votação inédita que concedeu em 26 de abril a favor da resolução do Assembleia Geral das Nações Unidas reconhecendo a Rússia como agressora da Ucrânia. Em votações semelhantes recentes, a Armênia às vezes se absteve, mas esta é a primeira vez que o governo de Pashinyan rejeitou explicitamente Moscou, embora o Azerbaijão tenha cautelosamente se absterido.

É preciso dizer que a Armênia, presa entre o martelo turco e a bigorna russa, e privada do apoio ocidental, forçada a jogar com habilidade, até mesmo com ambiguidade, para garantir sua própria sobrevivência diante das ameaças existenciais que pairam sobre o país. Assim, Nikol Pashinyan afirmou em 18 de abril passado que a Armênia agora reconhece a integridade territorial do Azerbaijão para pedir o reconhecimento recíproco da integridade territorial da Armênia pelo Azerbaijão e o estabelecimento por Baku de um diálogo direto com Stepanakert para garantir os direitos e a segurança das populações armênias do Artsakh. Essa posição também contém implicitamente a exigência de que o Azerbaijão evacue os cerca de 150 km² de território armênio que ocupa militarmente.

Essas aberturas condicionais de Yerevan constroem Baku, que considera resolvida a questão política do Artsakh e para a qual não pode haver população armênia, direitos específicos e muito menos diálogo. Encurralado politicamente pela Armênia, o ditador de Baku optou, como sempre, por responder com força por meio de um ultimato acompanhado, em 23 de abril, da conclusão do bloqueio do Artsakh: as forças armadas do Azerbaijão assumiram o controle do lado oeste do corredor Lachin, ao nível da ponte Hakari, onde já garantiram um bloqueio do lado oriental, ao nível da cidade ocupada de Shushi. Esta tomada de controle, novamente contrariando as disposições do acordo de cessar-fogo, foi realizada “pacificamente”, o que quer dizer, sem que as forças russas com mandato para o controle exclusivo desta estrada se oponham a ela, atestando assim o crescente conluio entre Moscou e Baku.

O espaço de manobra da Armênia parece, portanto, cada vez mais estreito nesta situação, o que é uma boa ilustração da duplicidade ocidental e seus “duplos padrões”² recentemente denunciados pela Anistia Internacional. O que esta duplicidade põe em risco em primeiro lugar é a vida de cerca de 120.000 artsaques agora condenados a morrer de fome na indiferença geral, mas também a credibilidade do Ocidente na sinceridade dos “valores” que professa: Em turnê pelo Cáucaso, a ministra dos Negócios Estrangeiros francesa, por exemplo, acaba de convidar seu homólogo do Azerbaijão para visitar Paris. Um convite que contrasta com o comportamento inflexível da França em relação à Rússia e que só pode ser percebido pelos armênios como uma recompensa pelo crime quando, alguns dias antes, por ocasião das comemorações do genocídio armênio, o embaixador da Armênia na França pediu a Paris e aos europeus para complementarem as forças russas. Um apelo que sem dúvida decorre da

² <https://www.amnesty.org/en/documents/pol10/5670/2023/en/>

constatação já consolidada de que a Rússia está, no mínimo, falhando em sua missão de manutenção da paz, mas cuja implementação implicaria que os europeus assumissem sua responsabilidade em Artsakh – tal como fazem na Ucrânia – perante uma Rússia e Azerbaijão hostis e cúmplices.

Como podemos ver, o caso armênio – não é o único – poderia fazer muitos países hesitarem sobre as vantagens comparativas entre regimes autoritários e democracias. Quanto a Ilham Aliyev, pode sempre referir-se a outra afirmação – esta, verdadeira – de Bismarck, segundo a qual “não é por discursos e votos majoritários que as grandes questões do nosso tempo serão decididas, mas a ferro e sangue”. Isso não será negado nem em Moscou nem em Ancara e, ao que parece, não mais em Paris, Bruxelas ou Washington.

Publicado no [Cf2R](#).

****Laurent Leylekian** é responsável por assuntos europeus no Departamento de Assuntos Internacionais do ONERA, centro de pesquisa aeroespacial francês. Ele analisa as políticas europeias de investigação nos setores aeronáutico e espacial e a implementação de estratégias associadas.*
